

A PRAÇA-FORTE DE CASTELO DE VIDE. FORÇAS E FRAQUEZAS DA ESTRUTURA DEFENSIVA

FRANCISCO DE SOUSA LOBO

Engenheiro Militar, Presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos



1.- Geografia militar

Há sítios cujas características físicas e locais lhe talharam o destino. Um deles terá sido a colina do monte, onde, cavalgando o terreno fragoso, se encontra a Vila de Castelo de Vide. Local de defesa natural milenar, oferecia boas condições de vida em virtude da fertilidade dos terrenos envolventes e da presença de água na zona. Lá em baixo, a ribeira a que os cristãos vieram a chamar de S. João, corre à cota média de 500 metros. Na plataforma da colina que a contempla, o nível é da ordem dos 600 metros de altitude. Aí poderá ter surgido durante o período romano um pequeno aglomerado em torno de uma villae que, descendo a encosta, se expandiu progressivamente para Sul e Sudeste.

Local com boas condições de defesa natural, não era o único na região. A Serra de S. Mamede, que domina a paisagem envolvente, eleva-se a 1.025 metros de altitude, mas as condições de vida, muito menos favoráveis no topo, evidenciaram as vantagens climáticas das posições de meia-encosta. No lento dia-a-dia do andar dos séculos, os povos tinham a oportunidade de ir consolidando as escolhas dos habitats naturais mais favoráveis. Além das características climáticas e da fertilidade das terras, a defesa contra os inimigos nos períodos de conflito tornava-se essencial.

Em Castelo de Vide, os factores dominantes terão sido, no período medieval, as boas condições de defesa e de suporte de vida. Para além do assentamento dum recinto defensivo a povoação poderia ser usada, em plena Idade Média, como base de tropas. Sob o domínio islâmico, temos notícia duma fortificação em Castelo de Vide, que teria sido tomada no século XII. Durante o período cristão, passando por vários donatários, a fortificação da vila foi sucessivamente reformada. Tendo conhecido uma arquitectura militar de transição, nos alvares da Idade Moderna, Castelo de Vide veio a conhecer uma cerca abaluartada aquando da Guerra da Restauração (1641-1668) e um forte durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1713). Ameaçada pela evolução da artilharia, a praça-forte conheceu a sua desactivação militar no princípio da Idade Contemporânea. Porque é que toda essa evolução aconteceu?

De facto, quando os factores militares são muito relevantes podemos dizer que estamos perante um ponto-chave. Terá sido essa a situação de Castelo de Vide. Podemos considerar que o local, durante a I dinastia portuguesa, se tornou militarmente relevante. Só que esta situação não se manteve estável, pois foi evoluindo em função da forma de fazer a guerra até se perder essa mais-valia.

2.- O sistema fortificado medieval

Em relação ao período medieval, o geógrafo árabe Ibn Haw q'al atribui, no século X, um husun para o local que designamos por Castelo de Vide¹. Tratar-se-ia, provavelmente, de um pequeno castelo – talvez, à semelhança de outros tantos, com uma configuração quadrangular, aproximando-se de um rectângulo – que, no século XII, deverá ter sido

1 CID, Pedro, *As fortificações medievais de Castelo de Vide*. Lisboa: IPPAR, 2005, p. 35.

conquistado pelos cristãos no reinado de D. Afonso Henriques. Por esse tempo, entre correrias e escaramuças então frequentes, o rei procurava estender o território português sobre os pequenos reinos das taifas dispersos pelo Alentejo, a Sul, e pela Estremadura, a Leste.

Sob o domínio português, pouco sabemos da evolução do povoado de Vide, como então se chamava, e muito menos da sua fortificação. Pode ter recebido um primeiro foral, em 1180, sendo no entanto certo o que foi atribuído em 1226 a Marvão, no reinado de D. Sancho II, que englobava Vide no seu termo. Em 1273, passado o domínio das Ordens Militares, Vide é doada por D. Afonso III ao seu filho D. Afonso, já senhor de Portalegre, Arronches e Marvão. Em 1280, ao fim de um ano de reinado de D. Dinis, temos conhecimento que o infante decidiu amuralhar a vila e erguer uma torre. Sabemos que o rei, desagradado com a afronta ao Ius Crenelandi, cercou a vila entre Abril e Maio do mesmo ano². Pelo acordo alcançado entre os irmãos em 1282, no qual interveio Pedro III de Aragão, o infante comprometeu-se, como é referido no documento, a “derribar...tudo aquilo que de nouo foi feito na Torre de Vide e no muro desse logar”³. Mas os conflitos entre D. Dinis e D. Afonso reacenderam-se, praticamente, até à morte deste, acabando Vide na posse da Coroa. Terá sido então, quando ao nível da arquitectura militar se começava a impor o estilo gótico, que se iniciou uma reforma do sistema defensivo da vila.

Assinado o Tratado de Alcañices com Castela, em 1297, D. Dinis procurou consolidar a fronteira cristalizada no acordo ao construir e remodelar um conjunto de fortificações raianas. Foi nessa sequência que o rei Lavrador programou a construção em Vide de um novo castelo, a par de uma cintura amuralhada da vila. Esse conjunto fortificado, com a forma aproximada de um rectângulo, foi além de recinto defensivo a matriz geradora da povoação. A partir dessa época, e durante cinco séculos, a lógica de crescimento urbano subordinou-se directa ou indirectamente às condicionantes militares.

Em relação à envolvente a lógica era quase oposta. O espaço mantinha-se livre de condicionantes de maior, com a povoação a crescer de forma

2 BARROCA, Mário Jorge, «Depois da Reconquista». In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1. Coord. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2003, p. 64.

3 CID, Pedro, *Ob. Cit.*, p. 35.

orgânica para Nascente e Sul da cerca. Os sistemas de tiro medievais não eram perturbados por esse crescimento. O tiro mergulhante, executado pelos arqueiros e besteiros, a partir dos adarves das muralhas e do alto das torres, alcançava uma grande faixa do casario extramuros. Ainda assim, este servia mais como obstáculo à aproximação das tropas adversas do que local de abrigo e protecção dos atacantes. A todo o momento, como forma de defesa, podia-se pegar fogo às casas.

As muralhas tinham, normalmente, entre três e seis braças de altura e a sua espessura excedia uma braça (2,20 metros). Quando os castelos se situavam num ponto dominante, como Castelo de Vide, com o terreno a cair abruptamente em seu redor, o fosso ou a cava tornavam-se dispensáveis. Os homens da guarnição poderiam, assim, levar vantagem sobre os atacantes desde que não ocorresse uma traição que anulasse as mais-valias dos sistemas defensivos.

O castelo ocupava o ponto mais elevado da colina situando-se a entrada num local diferente da actual porta de acesso ao Pátio de Armas. Nessa época, dava para o interior da vila, obedecendo à regra geral de segurança de acesso aos castelos. As portas directas ao exterior do recinto fortificado eram sempre poternas, que tomavam o nome de Porta da Traição ou Porta das Sortidas. O castelo, de acordo com as concepções defensivas da época, teria torres nos ângulos, limitando as quadrelas. A estrutura física que chegou aos nossos dias é um enigma: observando as torres e as muralhas é difícil identificar qual foi a sua evolução.

O actual castelo medieval não corresponde a nenhum dos modelos clássicos correntes em Portugal. Tem deficiências no flanqueamento das muralhas, porque há torres que desapareceram, tem um sistema de acessos e circulações contra os princípios da segurança e falta-lhe profundidade na defesa. A sua observação leva-nos a concluir que se trata de uma estrutura defensiva remanescente, integrada num sistema mais evoluído que a absorveu. A torre de menagem tal como se apresenta dá claros sinais de ter beneficiado de obras diversas que culminaram no século XX com a intervenção por parte da D.G.E.M.N. para reconfigurar o troço superior que se encontrava arruinado. A porta que dá acesso à sala, com tectos nervurados à maneira gótica, situava-se a mais de duas braças do solo. Essa considerável altura é

um indicador de grandes medidas de segurança. Quanto ao embasamento, não encontramos explicação para o facto de ser maciço. É uma situação invulgar para uma torre tardia, podendo estar com a sua situação muito exposta, no limite Sudeste da muralha.

A doação da vila e seu termo à Ordem de Cristo em 1373, por D. Fernando, poderá ter sido um factor de desenvolvimento e, bem assim, de alguma renovação ao nível da arquitectura militar, mas o facto dos freires cavaleiros terem permanecido menos de uma década naquele castelo não nos deixou vestígios comprovativos. Como quer que tenha sido, o castelo que estamos a estudar, dado ter tomado parte em vários conflitos – como na Crise de 1383-1385, em que tomou voz pelo Mestre de Avis –, terá beneficiado sucessivamente de manutenção e, mesmo, de algumas reformas⁴.

Do conjunto dos cinco Elementos Essenciais do Combate (E.E.C.) destaca-se, a par da “protecção”, o “fogo”. A capacidade de tiro a partir do caminho de ronda, ou adarve, e das plataformas das torres evoluiu muito entre o século X e o século XV. Esse aumento de capacidade resultou, através da arquitectura militar gótica, numa melhoria do flanqueamento a partir das torres adossadas à cerca, na instalação de balcões de tiro e na construção de barbacãs⁵. Este aumento da capacidade e complexidade dos sistemas de tiro permite-nos afirmar que Castelo de Vide tinha um sistema de defesa em profundidade.

Mas para além das torres adossadas à muralha que reduziam os ângulos mortos, a fortificação de Castelo de Vide adquiriu uma maior capacidade de tiro através da construção da barbacã. O castelo situava-se num local eminente, com muito boa capacidade de observação sobre as encostas envolventes. O comando era quase absoluto. O acesso mais fácil fazia-se percorrendo a lombada de terreno que se aproximava no sentido Sudeste/Noroeste. Foi sobre essa lombada que a povoação se desenvolveu ao caminhar-se para a Idade Moderna: o casario construído inicialmente no exterior da cerca urbana aninhava-se encostado à muralha perto da Torre de Menagem, sendo controlado a partir da torre de menagem.

4 MARQUES, António Henrique de Oliveira, «O interregno». In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 4 – Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 525.

5 MONTEIRO, João Gouveia, «Morfologia do castelo português dos séculos XIV e XV». In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 168-175.

3.- Tempos de transição

A configuração de Castelo de Vide desenhada por Duarte d'Armas, em 1509, apresenta alguns elementos que nos permitem compreender melhorias no sistema defensivo em relação a uma solução anterior: a barbacã, já referida, e as duas couraças (que desciam as encostas Sul e Leste) complementaram as defesas no final da Idade Média. Ambas protegiam e facilitavam o acesso aos locais de abastecimento de água, revelando um défice de água no recinto principal para a população existente nesse período. A questão dos recursos hídricos seria o aspecto mais crítico desta fortificação, numa altura em que a capacidade de defesa dos recintos amuralhados, em Portugal, ainda levava alguma vantagem em relação aos sistemas de ataque.

Nessa época, uma verdadeira revolução da arte de fortificar estava já em curso na Península Itálica, conjuntura que ainda não era evidente no reino de Portugal. Em Castelo de Vide, à semelhança de dezenas de outros castelos portugueses, predominava nalguns aspectos da fortificação uma solução de transição tendo em conta a artilharia. Ainda consultando O Livro das fortalezas de Duarte d'Armas verificamos, na planta da alcáçova de Castelo de Vide, a presença de troneiras voltadas para o pátio interior. Este facto revela que a localização do castelo num canto da alcáçova escarpado – voltado a Sul e Nascente – transformava as muralhas que confinavam com o interior da vila amuralhada como estruturas mais ameaçadas para a queda da fortificação. As troneiras não terão sido abertas para o exterior pois o tiro da artilharia àquele tempo, devido ao desnível, não seria capaz de bater a envolvente imediata.

Através da observação das duas vistas desenhadas na obra de Duarte de Armas, respectivamente Nordeste e Sudeste, a par da planta do castelo, podemos fazer uma série de conjecturas do estado em que, de uma forma geral, se encontrava a fortificação de Castelo de Vide. É importante referir que a vila, ao longo do século XVI, conheceu talvez o maior crescimento da sua história, que lhe transformou a fisionomia e as condições objectivas de defesa militar: o aglomerado cresceu ao longo das linhas de nível que acompanham a cumeada a partir do castelo no sentido de Marvão, a Sudeste. Esse crescimento não interferia com o sistema defensivo medieval, que não protegia já o casario exterior, mas garantia o refúgio do alcaide e dos seus homens, bem como da maioria da população que habitava no interior da antiga vila medieval.

Por fim, o que se torna evidente observando as imagens do Livro das fortalezas é o desenho da torre de menagem, com duas chaminés, indicador de que a torre foi adaptada de acordo com as condições de conforto que se generalizaram no século XV. Essa torre deve ter sido provida de um telhado com um declive muito baixo não aparente nas imagens. Já a ausência de ameias seria um indicador de que o topo da torre tinha perdido importância como plataforma de tiro⁶.

4.- O recinto abaluartado

A Guerra da Restauração (1641-1668) veio criar uma situação de grande apreensão em Castelo de Vide. Em plena Idade Moderna, a capacidade militar das potências ocidentais desenvolvera-se exponencialmente, sustentando exércitos numerosos e poderosamente artilhados, com a Espanha a assumir uma posição de relevo⁷. Os sistemas fortificados medievais na raia portuguesa, apesar de adaptados à artilharia com troneiras, não tinham qualquer capacidade para resistir às novas condições de combate.

A vila, alargando-se imenso ao longo dos séculos XV e XVI, possuía a maior parte do casario no exterior do obsoleto recinto fortificado. A instalação dos judeus, numa primeira fase, terá contribuído para o desenvolvimento do burgo. Agora, no século XVII, a povoação estendia-se por um perímetro de mais de trezentas braças (660 metros) para Sudeste do castelo, com uma largura média que excedia as cem braças (110 metros). A configuração física de terreno e a extensão da mancha de casario constituíam, assim, a nova realidade a defender.

A guerra que rebentara na Catalunha em meados de 1640 tinha encorajado os conjurados portugueses na aventura da Restauração. Esse factor foi de capital importância para a defesa de Portugal, em especial ao nível das vilas e cidades fronteiriças. Os espanhóis não se encontravam, por isso, em condições de concentrar o seu esforço de guerra na raia portuguesa.

Quando se iniciou o conflito, em 1641, Portugal encontrava-se numa situação militar frágil. Além disso, só num quadro de alianças, como qua-

⁶ Consulte-se a referida fonte iconográfica em: ARMAS, Duarte de, *Livro das fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: Inapa, 1997.

⁷ BEBIANO, Rui, «As mudanças na Guerra». In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Vol. 2. Coord. António Manuel Hespanha. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2003, p. 112-118.

se sempre tinha acontecido nos séculos anteriores, seria possível resistir à capacidade militar da Espanha. Foi negociado, numa primeira fase, o apoio da França e a neutralidade dos Países Baixos. Estas acções permitiram a contratação de militares franceses e de outros países europeus, nomeadamente de engenheiros militares de que Portugal tanto necessitava⁸.

A leitura dos documentos da época, em que a obra de referência consiste no Portugal Restaurado, é essencial para compreender como se foram fortificando as povoações fronteiriças⁹. No Alentejo, foi dada prioridade à fortificação de Elvas, Olivença, Campo Maior e Juromenha. Este conjunto de praças situam-se na linha de infiltração proveniente de Badajoz, em que a traficabilidade era maior e se podia travar combate com maior probabilidade.

Castelo de Vide, Portalegre, Marvão e Montalvão correspondiam a praças a Norte da penetrante principal, em terreno mais acidentado, numa zona em que, ontem como hoje, existia um obstáculo natural de grandes dimensões, a Serra de Portalegre. As fortalezas que aqui confrontavam, na raia espanhola, eram Valência de Alcântara e Albuquerque, e um pouco mais a Norte, Alcântara. Embora estas fortificações não constituíssem objectivos principais na guerra que decorria, estavam mais expostas ao conflito em face da sua localização de primeiro escalão bem como, devido à sua situação geográfica, todas as povoações da fronteira.

No Alto Alentejo, um sistema de atalaias permitia avisar com alguma antecedência sobre movimentos inimigos, mas para as acções de guerrilha de fronteira e de emboscadas o território seria favorável a quem tomasse a iniciativa. O ondulado do terreno e a cobertura vegetal protegiam das vistas as pequenas forças que se deslocassem naquele género de operações. Assim, quem tivesse forças no terreno afastava o confronto para longe dos muros das suas bases.

Com o início da Guerra da Restauração, Castelo de Vide foi, numa primeira fase, reforçada com tranqueiras, paliçadas e banquetas de tiro construídas em terra. Então, fora a solução de fortificação passageira que vingara em todas as povoações fronteiriças. De facto, perante a eminência das acções armadas e a incapacidade dos sistemas fortificados existentes

8 COSTA, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 45-47.

9 CUNHA, Manuel da, *Portugal Restaurado*. Trad. Jacinto Freire de Andrade. Lisboa: s. n., 1645.

não havia alternativa. Em relação a Castelo de Vide, apesar desse sistema não aparecer descrito, podemos imaginar como seria. O sistema abaluartado que veio, um pouco mais tarde, a ser construído, constituiria o principal elemento a que podemos recorrer para compreender a alteração das estruturas físicas do aglomerado urbano.

Terá sido lento e cheio de dificuldades esse trabalho inicial de construção de um sistema em fortificação passageira. A terra transportava-se em carros de mão e, fundamentalmente, em cestinhas em curtas distâncias. Não havia a possibilidade de conceber um sistema com alguma coerência, pois os meios humanos e materiais seriam pouco mais que escassos. Além disso, o investimento em fortificação representava um esforço tal que só a pressão da guerra e os próprios desaires poderiam levar a Coroa, através do Conselho de Guerra, a canalizar dinheiro e homens para os trabalhos de fortificação.

Olhando o terreno, conseguimos perceber quais terão sido as estruturas construídas nesses primeiros tempos. Na fachada Nordeste, da povoação muito pouco (ou mesmo nenhum) trabalho de fortificação terá sido executado, devido ao forte comandamento sobre o terreno exterior. Tratava-se, neste caso, de interditar o caminho que dava acesso à povoação na zona onde se situava a Misericórdia e a Fonte da Vila. Este caminho corria seguindo uma linha de nível, vindo de Sudeste, sendo comandado pelos terrenos que nessa frente se estendiam, subindo a encosta até à Capela de S. Roque. Na fachada Sudeste, terá sido erigida uma barreira que além de interditar as estradas que ligavam a Marvão e Portalegre, e que aí confluíam, permitisse proteger as casas que ao longo de mais de duzentos anos tinham vindo a ser construídas foram da velha e (já) insuficiente cerca medieval. Na fachada Sudoeste, havendo um razoável comandamento sobre o terreno exterior, terá sido criada uma barreira física para permitir fazer fogo sobre as tropas que, a partir da estrada que bordejava a povoação, se aproximassem pela encosta.

O Livro de Nicolau de Langres apresenta um primeiro projecto para Castelo de Vide que tem o maior interesse e corresponde a uma solução canónica no que se refere à aplicação dos conceitos teóricos da arte de fortificar: o perímetro fortificado, em estudo, seguia o princípio da regularidade e simetria geométricas. Contudo, o perímetro abaluartado que veio a ser construído, correspondente ao segundo projecto de Langres, parece ter sido traçado colocando as cortinas nos mesmos alinhamen-

tos das trincheiras improvisadas em 1642¹⁰. A observação do terreno leva-nos a concluir que, contrariamente ao que era habitual nos traçados abaluartados, terá sido a localização das cortinas a determinante principal do desenho do projecto. Aquelas seguem as linhas de nível das cristas militares da encosta e contra-encosta em relação à linha de crista que vai das alturas do castelo até às alturas onde veio a ser construído, no século XVIII, o Forte S. Roque. Este projecto de fortificação de Castelo de Vide embora seja de uma extraordinária simplicidade, e como tal de uma concepção aparentemente genial, apresentava como grande fragilidade a pouca profundidade da defesa. O flanqueamento das cortinas era claramente insuficiente.

O castelo, a Noroeste, funcionava como cabeça principal do sistema defensivo. A tenalha a Sudeste constituía uma cabeça secundária, como se fosse a popa de um navio. O terreno entre “o castelo à proa” e a tenalha a Sudeste comportava-se como o tombadilho desse “barco” em que as menores cotas se situavam na zona central.

No seu conjunto, o perímetro fortificado apresentava quatro plataformas principais de tiro, respectivamente, a tenalha do castelo, o meio-baluarte de Santiago, o baluarte dos Loureiros e a tenalha Sudeste. A artilharia da defesa actuava, essencialmente, a partir destas plataformas ligadas entre si por cinco cortinas, já que os alinhamentos das muralhas das fachadas Sudoeste e Nordeste eram cortados a meio por redentes à italiana.

Este segundo projecto de Nicolau de Langres, construído na segunda metade do séc. XVII, corresponde, no fundo, a uma evolução do primeiro. Na zona do castelo, potenciava a capacidade de tiro na face Norte, permitindo o flanqueamento de fogos sobre a vertente abrupta. O meio-baluarte de Santiago evoluiu para uma solução mais adaptada às linhas de nível do terreno, permitindo uma melhoria geral de fogos flanqueantes da zona. Do baluarte do Canto da Aldeia era possível executar tiros flanqueantes e frontais, aumentando a protecção do castelo.

A praça-forte abaluartada resultou numa configuração alongada. A colina Sudeste, protegida por um baluarte e dois meios baluartes, passou

a comandar as zonas Noroeste e Sudeste da fortaleza com tiros frontais e flanqueantes. Estes espaços correspondiam à parte mais vulnerável de toda a praça. Era deste local que se tentava proteger um ataque de artilharia à Porta da Deveza. O revelim, na sua frente, encontrava-se no terreno numa situação de inferioridade, sendo comandado a partir da lombada que se estendia no prolongamento da colina Sudeste.

A cortina da Porta da Deveza, devido à configuração do terreno fronteiro a Sudeste, resultava numa estrutura muito exposta à acção do inimigo por não estar implantada numa segunda linha de nível. A sua grande inclinação dificultava a instalação da artilharia nos seus parapeitos, pelo que seria utilizada fundamentalmente para fazer tiro de mosquete.

5.- A praça-forte ameaçada

A Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1713) foi determinante para a evolução do sistema defensivo de Castelo de Vide. Filipe V, candidato ao trono espanhol pela França, declarou guerra a Portugal em 30 de Abril de 1704, quase um ano depois de se ter assinado em Lisboa um tratado de aliança que envolvia também a Inglaterra, a Áustria e a Holanda. Entretanto, já os contendores tinham feito preparativos para o conflito que se avizinhava. A fronteira portuguesa tinha sido guarnecida com tropas estrangeiras e nacionais. Castelo de Vide, para além das suas tropas, foi reforçada com o Regimento de Dragões de Burgos, dos Voluntários Reais Ingleses e dos Regimentos de Moniz e Veríssimo.

Portugal foi invadido na Primavera do mesmo ano, em 1 de Maio. Um exército espanhol de 40.000 homens, comandado pelo próprio Filipe V, penetrou o território português pela Beira Baixa, zona mal guarnecida e com boas condições de traficabilidade. Atravessando a Ponte Romana sobre o Rio Erges, em Segura, tomou Castelo Branco e encaminhou-se para Abrantes. Perante a dificuldade da progressão, seguiu para Vila Velha do Rodão, onde atravessou o Tejo numa ponte de barcas. Invadindo o Alentejo, tomou Niza e Portalegre, em 9 de Junho, passadas cinco semanas de campanha. O candidato Bourbón à Coroa espanhola dirigiu-se então para Castelo de Vide, que cercou. Ao fim de cinco dias de assédio, no dia 25 do mesmo mês, a praça rendeu-se.

¹⁰ MATOS, Gastão de Melo de, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: s. n., 1941.

O conhecimento da forma como se desenrolou este cerco seria interessante para avaliar as vulnerabilidades da praça, tanto sob o ponto de vista dos atacantes como dos defensores. As tropas de Filipe V permaneceram escassos dezoito dias em Castelo de Vide, retirando com a aproximação das forças que vinham recuperar as praças ocupadas. Da Beira, descia o Marquês de Minas e, do Alentejo, o avançava o Conde de Galveias com as suas forças¹¹.

O facto da praça ter capitulado, com a sua fortificação parcialmente destruída, despoletou a evolução do perímetro fortificado e das condições militares de defesa. Foi ainda durante esta guerra, em 1704, que o sistema defensivo atingiu o maior desenvolvimento. Na sequência desta acção militar e em consequência das destruições são feitas por Manuel Azevedo Fortes, autor de *O Engenheiro Português* (publicado em 1728-1729)¹², grandes beneficiações no sistema defensivo. A cortina da Porta de Aramenha passa a ser a fachada da fortaleza, na qual Manuel Azevedo Fortes mandou construir a Porta de Aramenha, demolida há largos anos, com pedras que terão sido retiradas das ruínas romanas da cidade de Amaia – a sua destruição foi, talvez, o maior erro cometido em Castelo de Vide no que se refere à preservação do sistema defensivo. Nesse conjunto, transformou-se a cortina da Porta da Deveza em simples cortadura.

A envolvente da Praça mantinha condicionantes em relação à cobertura vegetal. Isso pode ser observado de uma forma muito expressiva no desenho de 1755. As vertentes acentuadas a norte são cobertas de árvores. A sul os terrenos mantêm-se com culturas de cereais para permitir campos de tiro livres. Esta realidade é visível no desenho de Luís Miguel Jacob¹³ e também no desenho que Pedro Folque levanta em 1818¹⁴ para ajudar a tomar a decisão sobre o valor militar da Praça. Nesta época, a vila dispunha de um conjunto apreciável de instalações militares. O próprio Convento de São Francisco tinha sido adaptado a quartel. As instalações do Castelo estavam parcialmente ocupadas por instalações militares, caracterizando o seu papel como cidadela.

11 MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «A Guerra da Sucessão de Espanha». In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2, p. 301.306.

12 FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Português: dividido em dous tratados*. 2 Vol. Lisboa Occidental: Oficina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1728-1729.

13 DIE – 3642/I-3-36-49.

14 DIE – 3644-III-3-36-49.

Foi possível conhecer o nome dos componentes da fortaleza através dos documentos e dos desenhos que chegaram até nós. Seguimos para designar portas, cortinas e baluartes o desenho de Miguel Jacob de 1755. Podem ser encontradas diferenças de nome nos documentos. Uma planta anónima do século XVIII, que parece ser uma alternativa ao projecto de Manuel Azevedo Fortes, tem uma designação diferente para as portas. Pensamos que estas designações correspondem aos nomes que vinham da Idade Média.

Esta praça estava a perder o seu valor militar devido ao aumento de alcance da artilharia que não tinha parado de crescer. No início do século XIX, são feitas duas avaliações da fortaleza de Castelo de Vide, sendo a fortificação desclassificada como praça-forte. Começou aí a sua descaracterização militar.

É tão grande o valor da praça-forte de Castelo de Vide como sistema abaluartado de traçado irregular único que devem ser tomadas medidas no sentido de garantir rotinas de manutenção e pequenos restauros. Isso é possível aplicando técnicas de restauro dos componentes da fortificação e de arranjo dos espaços exteriores que reforcem a leitura do sistema defensivo.

Cronologia Militar de Castelo de Vide

Séc. X – O geógrafo árabe Ibn Haw q'al indica a existência de um husun.

1280 – O infante D. Afonso ergue uma torre e cerca a vila.

Séc. XIII/XIV – D. Dinis (re)constrói o castelo e uma cintura amuralhada.

1327 – Conclusão de obras de ampliação do castelo.

1372 – Doação da vila à Ordem de Cristo por D. Fernando I.

1383/85 – O castelo toma voz pelo Mestre de Avis.

1509 – O castelo é desenhado por Duarte d'Armas.

1640 – Levantamento contra os Espanhóis, detendo a guarnição do castelo.

1641 – Construção de entrincheiramentos e paliçadas.

1642 – Ataque do exército espanhol.

1647 – Novo ataque dos espanhóis.

1650 c. – Início da construção da cintura abaluartada.

1704 – A vila é tomada por Filipe V, que destrói a fachada SE da cintura abaluartada.

1705 – Construção do Forte de São Roque.

1710 – Conclusão da nova frente SE projectada por Manuel Azevedo Fortes.

1714 – Conclusão dos quartéis para guarnição militar.

1801 – Ataque espanhol que ocupa a praça por cinco meses.

1808 – Libertação da ocupação francesa que durava há alguns meses

1823 – O Regimento de Infantaria 8 é transferido para Évora

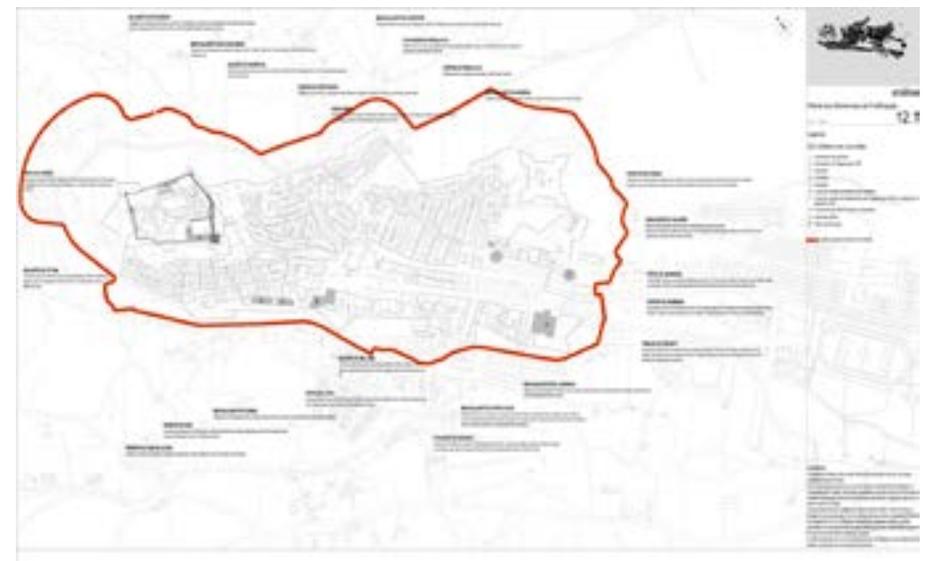
1831 – O Conselho da Fazenda manda aforar os fossos das muralhas.

1834 – O Exército Miguelista, acantonado em Castelo de Vide, rende-se.

1857 – Aberta a muralha na cortina de S. João para entrar a estrada nova.

1891 – Demolição da Porta de Aramenha.

Imagens



A vermelho, o limite da área urbana objecto do estudo.



Estudo da adaptação do castelo medieval ao sistema abaluartado.



Forte de S. Roque e sua ligação ao perímetro fortificado.



Troços 21 do Forte de S. Roque



Troços 9 e 10 / Cavaleiros da Praça Alta



Troço 19 da muralha / Guarita XV



Troço 33 / Cortina de S. João



Troços 47 - 49 / Baluarte das Figueiras



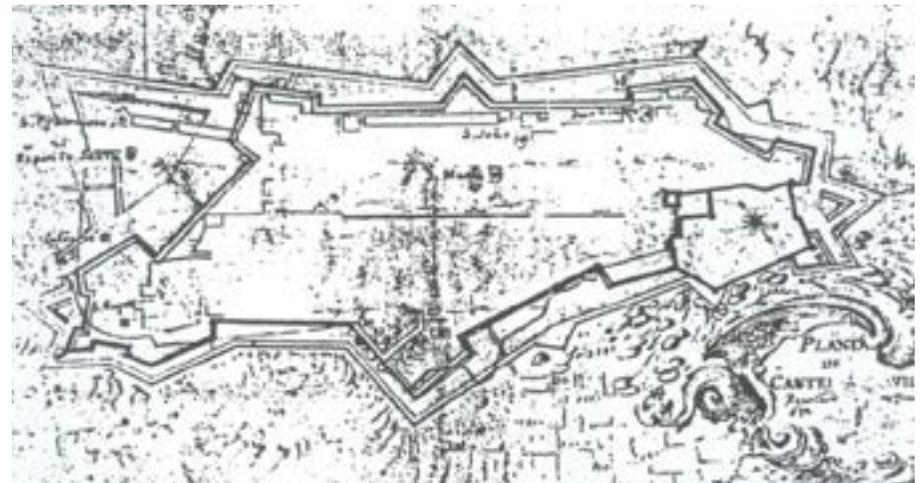
Troços 59 e 60 da muralha / Guarita V



Troço 42 / Cortina de S. Pedro



Troço 62 / Cortina da Porta da Vila



Segundo projecto de Nicolau de Langres para Castelo de Vide.



Castelo de Vide representado por Duarte d'Armas da banda de Sudeste.



Planta de Castelo de Vide levantada em 1755 por Miguel Luís Jacob.